

GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO AREIA BRANCA: UM ESPAÇO DE INTERVENÇÃO E ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

Joyce Milena Honorato da SILVA¹
Luci Martins Barbatto VOLPATO²

RESUMO: Este artigo foi construído a partir de atividades da aula de Supervisão Acadêmica no curso de Serviço Social, que tem como objetivo analisar e refletir as diversas ações do Assistente Social em diferentes campos de estágio, possibilita assim o aluno a compreender os limites institucionais e o cotidiano profissional. O campo de estágio é o Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP - Grupo Técnico de Campo de Presidente Venceslau, o qual conta em sua equipe multidisciplinar com engenheiros agrônomos, técnicos agrários, veterinários, gestor ambiental e assistente social, para viabilizar o desenvolvimento rural das famílias assentadas que recebem assistência técnica do ITESP, sendo essas ações que vão além de intervenções relacionadas a produção rural, se relacionando a questões econômicas, ambientais e sociais, de modo que o artigo discute uma dessas. O presente trabalho aborda o processo de construção de um Grupo de Mulheres no Assentamento Areia Branca, sendo que os integrantes do grupo têm direcionado a sua discussão para as demandas vivenciadas pela comunidade, de forma que a ampliação de sua ação e consciência de classe está vinculada a intervenção profissional do Assistente Social. Este estudo só foi possível através de uma pesquisa bibliográfica e aproximações sucessivas do grupo por meio do estágio. As referências bibliográficas com a interpretação de diversos autores, possibilitaram a compreensão dos embates culturais e históricos que marcam a participação social e política das mulheres devido a relação de gênero. E as aproximações sucessivas em relação ao grupo levam a conclusão da necessidade em que o grupo tem de uma intervenção profissional pelo direcionamento no processo da construção de sujeitos coletivos que são, e esse deve construir um planejamento estratégico que possibilite a compreensão dos limites e potencialidades do grupo para os auxiliar no empoderamento e autonomia dos integrantes visando a construção de respostas profissionais sustentáveis. Em relação a metodologia utilizada para construção da pesquisa, foi utilizado o método dedutivo, iniciada uma compreensão do que é “participação” como se deu a organização de grupos de mulheres em diferentes momentos históricos, o que possibilitou compreender de melhor forma o grupo de mulheres em evidencia no estudo, para auxiliar essa foi utilizado o método histórico e a técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Participação. Gênero. Mulheres. Assentamento. Assistente Social.

¹ Discente do 4º ano do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: mih_pv@hotmail.com

² Docente do curso de Serviço Social das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente. e-mail: luci@unitoledo.br. Orientador do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O estudo é fruto das indagações e reflexões no cotidiano do campo de estágio, o qual tem possibilitado a ampliação da consciência crítica e visualização da materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social no campo sócio-ocupacional.

Durante o período de estágio foi possível acompanhar o início da construção do “Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca”. Sendo o mesmo fruto do plano operativo construído para ações que seriam desenvolvidas pela equipe técnica do GTC junto ao assentamento no ano de 2012 e entre as atividades selecionadas, mulheres presentes no desenvolvimento do mesmo colocaram que sentiam a necessidade de ter um “espaço próprio” para elas e com isso foi decidido que seria formado então um “Grupo de Mulheres”, e a instituição tem como um de seus parâmetros que a organização de grupos informais e associações são demandas específicas para o Assistente Social.

Assim o grupo tem se desenvolvido em encontros mensais para discussão de temas do interesse das mesmas, como programas governamentais que elas podem ter acesso, legislação específica direcionada a mulher, e para além desses debates, tem se percebido que as integrantes tem utilizado do espaço para discutir e apontar as demandas do assentamento, ocorrendo assim o início de um desenvolvimento de consciência de classe e participação política desse grupo, sendo essa uma lacuna que cabe ao assistente social através de seu conhecimento teórico metodológico crítico possibilitar a ampliação desse grupo pela construção de respostas profissionais sustentáveis.

E para a compreensão do assunto e discutir uma possível construção da intervenção profissional do Assistente Social, o estudo enfocou o objetivo de discutir, ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o tema “A participação social como um processo de desenvolvimento”, sendo no caso a participação social das integrantes do Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca.

Para melhor entendimento do assunto o segundo capítulo irá discutir o que vem a ser a “participação” essa que pode ser materializada de diversas formas e possibilita o desenvolvimento dos sujeitos através da socialização entre os indivíduos, e entre essas formas essa se dá através de grupos – sendo o objetivo de

estudo discutir o grupo de mulheres - o terceiro capítulo irá abordar a relação de gênero construída socialmente que excluiu a participação feminina, a qual as mulheres travaram uma luta pela desconstrução da mesma.

No quarto capítulo entendo que a luta feminina pelo rompimento de valores patriarcais machistas está relacionada ao contexto urbano, se apresenta que no campo mulheres também lutaram pela participação política e construção de autonomia feminina, sendo nesse contexto que nascem grupos de mulheres na área rural.

No quinto capítulo se apresenta a materialização de um grupo formado por mulheres do Assentamento Areia Branca o qual tem direcionado seus debates para uma construção de arena política discutindo as demandas que a comunidade vivencia, sendo esse um espaço de intervenção profissional pela ampliação do mesmo e no sexto são as considerações finais.

2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

Ao pensar a “participação” se leva a necessidade em deixar claro primeiramente o que é “participar” palavra usada comumente no dia a dia com frases corriqueiras como: “você irá participar da festa?”, “vamos participar desse jogo!”, “vamos participar da reunião?” entre outras.

Porém – participar – analisada teoricamente segundo o Dicionário Priberam (2013, s.p.) corresponde a ter parte, fazer parte, ter traços em comum e pontos de contato, assim podemos compreender que o ato de participar está materializado de diferentes formas, conforme afirma o Juan E. D. Bordenave (2002,27-29) existem variadas maneiras de participar: Participação de fato - aquela o qual o sujeito está inserido independente de sua vontade, como a participação na família; Participação espontânea – corresponde a necessidade do ser humano se sentir parte de algum grupo que tenha características em comum formando assim grupos de amigades, vizinhos e outros sem uma organização própria ou estável; Participação imposta – a qual o sujeito é obrigado a fazer parte independente de sua vontade, como o voto ou alistamento no exercito; Participação voluntária – formada por indivíduos que possuem objetivos comuns e definem sua organização como por

exemplo uma associação; Participação provocada – se entende por essa aquele em que objetivos externos provocam a participação; Participação concedida – quando indivíduos escolhem um para os representar em alguma decisão de forma que esses tem a sensação de que fazem parte.

Contudo compreende-se que a participação é uma condição necessária do ser humano, à medida que esse se constrói e reconstrói ser social ao estar inserido em um meio de relações, pois a participação possibilita a troca de saberes, experiências e tomada de decisões, conforme afirma e complementa Bordenave (2002, p.46) “Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa”.

Ainda utilizando da pesquisa de Bordenave (2002, p. 16-17) esse em sua obra conclui que a participação está vinculada a duas bases complementares: uma a base afetiva pois é prazeroso fazer atividades com o outro, e instrumental porque a realização de atividades com o outro é mais prazeroso e eficaz.

A participação é manifestada em diversos segmentos – como grupos de estudantes, mulheres, funcionários - a qual possibilita a integração de conhecimento em diferentes níveis contribuindo para elevação da consciência crítica dos que a compõe, “O que se precisa entender é que participar é fazer política e esta depende das relações de poder percebidas [...] que participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer “com” e não “para”.” (SILVA e CARVALHO, 1995, p.77).

Assim, a participação é integração dos indivíduos sociais qual possibilita a construção da reflexão daquilo que se vivência e a construção de uma postura frente aos desafios,

A participação é o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado. Como tal, é um processo dinâmico e contraditório. O homem é criador por natureza; no entanto, enquanto ser social, nasce já num contexto historicamente dado. Encontra em tal contexto um conjunto de relações e instituições que o fazem ocupar posições que independem de decisões próprias, assumindo, inclusive, determinado sistema de pensar e agir. A participação não é uma questão do pobre, do miserável, ou do marginal; é questão a ser refletida e enfrentada por todos os grupos sociais que não chegam a penetrar as decisões que dizem respeito às suas condições básicas de existência. Por esse ângulo, a participação, longe de ser política de reprodução da ordem, é, sobretudo, questão social. (SOUZA, p. 81, 2010).

De modo que a participação dos indivíduos enquanto cidadãos na reflexão de decisões que são tomadas e que lhe dizem respeito - como por exemplo decisões do poder público -, se tornam um canal para problematização das decisões que não privilegiam a maior parte da sociedade, de modo que a participação é uma questão social, contudo sendo objeto de intervenção do Assistente Social,

Quando o profissional pensa a participação como fenômeno do usuário da sua prática e se exclui dessa realidade, contribui para a reprodução do social. Enquanto profissional, vive a problemática da participação, uma vez que muito pouco define e decide sobre as condições institucionais de sua própria prática. A participação, portanto, não é só questão do usuário. (SOUZA, p. 81, 2010).

Portanto o Assistente Social cotidianamente está relacionado com grupos de seus usuários e deve utilizar de seu conhecimento teórico metodológico crítico para possibilitar a construção dos espaços de participação e gerar “condições para que ações simples e mesmo da ordem do imediato possam ser geradoras de outras tantas ações na direção dos problemas fundamentais da população”. (SOUZA, p. 84, 2010).

A participação quando organizada de um modo coerente podendo ser em grupos de diferentes segmentos possibilita o controle e fortalece a construção de reivindicações,

Do ponto de vista dos planejadores democráticos, a participação garante o controle das autoridades por parte do povo, visto que as lideranças centralizadas podem ser levadas facilmente à corrupção e à malversação de fundos. Quando a população participa da fiscalização dos serviços públicos, estes tendem a melhorar em qualidade e oportunidade. (BORDENAVE, 2002, 12)

Compreende-se que a participação do ser humano na integração com grupo de outros indivíduos faz parte de suas necessidades biopsicossociais, esta o satisfaz enquanto ser racional que é e possibilita à evolução de suas instituições e necessidades.

Diante do exposto até então percebe-se que a participação é manifestada em diferentes segmentos que envolvem o relacionamento dos indivíduos sociais, como por exemplo o Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca – o qual é foco desse estudo - , se compreende que através de uma

intervenção do Assistente Social esse pode se transformar em um espaço de participação política e reflexão das demandas vivenciadas pelas mesmas e busca da superação e respostas para essas, para uma melhor discussão dessa possível transformação nos próximos capítulos, será discutido no próximo subitem as relações de gênero que influenciam e determinam a participação social e política das mulheres em tomada de decisões e manifestação de suas necessidades.

3 UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO DE GÊNERO

No senso comum algumas vezes sexo e gênero são colocadas como sinônimo, porém ambas possuem um significado diferente, assim afirma o dicionário e cada qual representa sua intencionalidade:

Sexo: Diferença física ou conformação especial que distingue o macho da fêmea. Órgãos sexuais externos. Gênero: Propriedade de algumas classes de palavras, nomeadamente substantivos e adjetivos, que apresentam contrastes de masculino, feminino e por vezes neutro, que podem corresponder a distinções baseadas nas diferenças de sexo. Conjunto de propriedades atribuídas social e culturalmente em relação ao sexo dos indivíduos.” (PRIBERAM, s.d.; s.p.)

Como foi possível observar, a diferença de sexo entre homem e mulher é definida nas características do aparelho reprodutor masculino e feminino - características biológicas. O gênero é uma construção social e histórica de determinantes construído ao passo que sociedade evoluiu e construiu os papéis sociais existentes, antes mesmo do nascimento da criança este já está posto, se inicia desde quando o bebê está na barriga da mãe até a sua formação adulta e o mesmo está submetido a reproduzir esses valores e ideologias históricas e culturais.

A sociedade brasileira culturalmente por influências do modelo da família patriarcal – a qual a figura do homem era entendida como o centro das decisões e de maior poder – atribuiu ao sexo feminino e masculino determinantes, construindo assim relações de gênero,

Na família patriarcal, o chefe da família – patriarca – representava a figura do poder e de autoridade. O patriarca era o responsável pelo controle dos negócios, o sustento material da família, a manutenção da ‘ordem’ familiar, primando pela indissolubilidade do patrimônio e centralização do poder. A mulher da família patriarcal [...] apresentava como características a afabilidade e a mansuetude, possuindo atribuições voltadas para o ambiente doméstico. (ÁLVARES e FILHO, 2008, p.11)

Como é possível observar a mulher historicamente não participa de decisões políticas, econômicas e sociais, ela está atribuída tarefas do ambiente doméstico reservado, valores apropriados desde a infância.

Durante a infância as brincadeiras são divididas, a menina vai ganhar bonecas, “panelinhas”, casinhas de bonecas, logo desde pequena ela é incentivada a gostar do ambiente doméstico, o menino se envolve com brincadeiras como *esconde-esconde*, *pega-pega*, *policia-ladrão* e *jogar bola*, essas geralmente sempre acontecem fora de casa em praças, calçadas e na rua, assim para ele é concedido o “espírito de liberdade” e não que ele fique preso no ambiente doméstico.

Na adolescência “a moça” vai começar ajudar sua família nos afazeres da casa lavando a louça, limpando a casa, arrumando a cama, cozinhando e se espera que ela apresente traços de doçura, gentileza e sensibilidade, “o rapaz” pouco é cobrado nesses afazeres o que família traz é a cobrança de que ele será o provedor em sua futura família, conforme complementa Torres (2002,p. 29.)

Sob o veio da determinação cultural, a sociedade estabelece uma relação binária dos papéis sociais: para homens e para mulheres. Atribui o lugar do público aos homens e às mulheres o lugar privado, além de atributos valorativos para um e para o outro gênero em graus e aspectos diferenciados.

Essa diferenciação entre o homem e mulher é uma construção feita socialmente no cotidiano de cada indivíduo, a qual cada um “incorpora o papel” que a sociedade lhe atribui e convivem como se fosse algo biologicamente natural, interpretando os diferentes “papeis”, de modo que é estabelecida uma relação de poder assimétrico, onde a mulher é considerada o ser frágil e fica a dependência do homem.

Conforme aponta Oliveira (2012, p. 4-5) a sociedade patriarcal enraizou valores de um duplo padrão de moralidade, colocando o homem como um ser livre e

a mulher reservado, possibilitando ao homem desfrutar do convívio social e a mulher se manter aos cuidados da casa.

Ainda utilizando da discussão de Oliveira (2012) essa aponta que mais tarde por volta de 1808 à vinda da corte portuguesa para o Brasil representou um início da alteração do “papel” atribuído da figura da mulher – mesmo que essas mudanças ainda ficassem restritas principalmente a mulheres favorecidas economicamente – a educação voltada para as mulheres passa a ser valorizada e algumas passam a sair do ambiente doméstico se integrando a sociedade como professora ou escritora, iniciando assim a desconstrução de valores patriarcais.

Passado por volta de oitenta anos em 1889 houve a Proclamação da República brasileira, emergindo assim o início de uma história “democrática e participativa” dos cidadãos brasileiros por meio do voto, juntamente com esse advento segundo Pereira e Daniel (2009, s.p. – s.p.) a brasileira Josefina Álvares de Azevedo que foi fundadora do primeiro jornal brasileiro feminino - uma militante que sempre se manifestou a favor da emancipação social da mulher - levantou a bandeira pelo direito ao voto da mulher, mas devido a interesses políticos essa luta foi “abafada” durante alguns anos.

Continuando ainda pensando em uma linha da evolução histórica, social e econômica brasileira, a qual rebate na realidade social feminina e construção da relação de gênero, um outro marco histórico passado algumas décadas tem sua ascensão junto a processo de revolução industrial.

A chegada da revolução industrial no Brasil altera a posição política participativa da figura feminina, essa alteração no modo de produção se deu devido a um dado contexto histórico, conforme aponta Vallone (2009, s.p - sp) a crise da economia do ano de 1929 abalou a estrutura econômica brasileira ligada totalmente à exportação do café essa se viu frente à necessidade de alterar a direção da riqueza socialmente produzida, abrindo assim as portas para a chamada revolução industrial.

A revolução industrial trouxe consigo o trabalho em fabricas e para o seu desenvolvimento além da mão de obra dos imigrantes abriu as portas para o trabalho feminino, esse por sua vez estaria submetido a uma situação de subalternidade ligada a questões de gênero, enfrentando altas jornadas de trabalho e com baixa remuneração,

A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituía-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato. (OLIVEIRA, 2012, p. 6)

Nesse contexto nasce a luta das mulheres por um reconhecimento social enquanto cidadãs e a exigência pela participação nas eleições públicas como candidatas ou por meio do voto,

Em 1934 foi consolidado o Código Eleitoral, que reformava outro marco na luta pelos direitos das mulheres. Ele retirava as exigências do Código Eleitoral Provisório de 1932, que passou a permitir o voto feminino com a imposição de que só as casadas com o aval do marido ou as viúvas e solteiras com renda própria teriam permissão para exercer o direito de votar e serem votadas. O Código de 34 retirou essas determinações e deixou como única restrição a obrigatoriedade do voto, só prevista para os homens. Apenas em 1946 o voto feminino passou a ser obrigatório também para as mulheres. (PEREIRA e DANIEL, 2009, s.p.)

Essas lutas foram determinantes para consolidar posteriormente o Movimento Feminista brasileiro o qual lutava por alterações na mudança de vida das mulheres independente de sua situação economia e social, visando o rompimento com valores machistas da figura masculina – porém esses são presentes ainda hoje - se inserindo assim em uma ação de participação política:

A luta constante dessas mulheres fez com que se unissem em redes de solidariedade, que acabaram transformando-se em movimentos contra a estrutura que as oprimia.

Em meio a esse cenário opressor, vimos surgir o movimento feminista, a partir dos anos 1970, que vem para questionar a força de marginalização machista, os conjuntos de sinais da sexualidade feminina e também os modelos de comportamento impostos pela sociedade. (MAGALHÃES, s.d., p. 85)

Percebe-se então que as mulheres passam a se compreender enquanto sujeitos de direitos, iniciando suas problematizações questionando a subalternização a qual são submetidas devido a uma relação do poder de gênero, “Mais do que nunca, as feministas colocaram em questão o conceito de mulher que a afirmava enquanto sombra do homem e que lhe dava o direito à existência apenas como auxiliar do crescimento masculino, no público ou no privado” (RAGO, 2003, p. 3).

A organização feminina contra a construção social posta em relação a mulher possibilitou gradativamente uma nova inserção sua enquanto cidadã de direitos, “as feministas ampliaram seu raio de atuação, entrando nos sindicatos, partidos, espaços de diferentes entidades da sociedade civil e, sobretudo, no “movimento de mulheres”, que se articulava, desde os anos setenta” (RAGO, 2003, p. 7).

Ao mesmo tempo em que no Brasil as mulheres efetivaram uma melhor organização e participação política visando à consolidação e ampliação de seus direitos, segundo Pereira e Daniel (2009, s.p.-s.p.) em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) através de um decreto validou o dia 8 de março como o dia internacional da mulher, pois nesse dia no ano de 1857 em uma fábrica de Nova Iorque mulheres que já visavam a necessidade de uma mudança em relação a condição social, econômica e política atribuída a mulher reivindicavam mudanças, porém as mesmas foram reprimidas e 129 delas foram mortas queimadas dentro da fábrica.

Contudo pode-se perceber que o relacionamento e a participação das mulheres, - a medida em que a convivência com o outro permite essa construção do ser social - possibilitou a organização e a construção de uma arena política a qual as mesmas puderem lutar pela construção de direitos e prioridades das mesmas, o que por consequência no que entende Rago (2003, p. 7) “desenvolveu e ampliou suas bandeiras de luta, dando destaque às questões da violência contra as mulheres e dos direitos reprodutivos. [...] e como parte de seu próprio processo de abertura aos diferentes canais de participação social e política, o feminismo também se caracterizou por iniciar um diálogo com o Estado.”.

Porém é válido ressaltar que todas as conquistas alcançadas para as mulheres através de suas organizações, sofrem embates e ainda hoje encontram suas dificuldades para ser consolidada. Devido a uma sociedade marcada por valores patriarcais machistas em uma chamada “relação de gênero”, o que por consequência afirma que essa luta deve acompanhar a evolução dos seres sociais, visando a cada dia ampliar seu espaço.

Assim observando o contexto de luta das mulheres nos remete a impressão de que essa organização sempre esteve presente em um contexto urbano, excluindo as mulheres que vivem em áreas da zona rural, sendo essas ainda mais marcadas por práticas de exclusão e pré-conceito por serem “mulheres

da terra”, contudo essas também tiveram sua organização e participação política pela alteração do papel atribuído a figura/gênero feminino, sendo essa a discussão do próximo capítulo.

4 NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS

Existe uma relação intrínseca construída pelo senso comum que remete os pequenos produtores rurais sejam eles homens ou mulheres de estarem sempre engajados em processos de organizações e movimentos sociais, conforme afirma Wolf (1979, p.84) apud Lombardi et al (s.d., p. 2), “Ao contrário do que acreditam os espíritos românticos, não é fácil para o campesinato engajar-se numa rebelião duradoura. Os camponeses encontram-se numa posição especialmente desvantajosa na passagem do reconhecimento passivo de injustiças para a participação política capaz de repará-las”.

Contudo podemos ressaltar que nem todos os pequenos produtores rurais são sujeitos sociais coletivos que problematizam as demandas vivenciadas pelos mesmos ou estão vinculados a movimentos sociais pela Reforma Agrária, e em especial as mulheres agricultoras que são marcadas pela construção social histórica de gênero.

A autora Maria José Carneiro (1987, p. 1- 2) traz alguns apontamentos que demonstram como as mulheres do campo estiveram inseridas em movimentos sociais rurais, a princípio essas se integravam a partir da participação de seus maridos ou familiares, não participavam para reivindicar questões específicas da condição de mulher, mas sim integravam o conjunto de luta da categoria social à qual pertenciam.

Porém em um cenário da abertura política brasileira pelo fim da ditadura militar o qual os movimentos sociais estavam cada vez mais acirrados as mulheres agricultoras buscam a construção do seu espaço, “A participação de mulheres em movimentos sociais no campo toma uma característica singular na década de 80 quando são realizados os primeiros encontros voltados para problemas que lhes são específicos.” (CARNEIRO, 1987, p.1).

Passam a problematizar condições sociais, econômicas, políticas e divisões de tarefas que marcaram suas relações,

No campo essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma historicamente muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. [...] Como decorrência houve historicamente a invisibilização e não reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto do trabalho doméstico e para auto-consumo, como também daquele realizado no roçado. E com isso a negação de sua autonomia econômica, pessoa e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território. (FARIA, s.d., p.3)

As mulheres da área rural que tomam consciência da situação a qual se encontram e reproduzem, através de articulações passam a se inserir no espaço de luta política buscando a construção de estratégias e direção que supere as relações de subalternidade da ordem social posta.

Segundo o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) (s.d.,p.4-6) entre as mulheres que se destacaram nos movimentos sociais e sindicais do campo se destaca a figura da Elizabeth Teixeira que junto com o apoio de seu marido João Pedro Teixeira, mobilizou a Liga Camponesa de Sapé na Paraíba, e outras duas figuras importantes foram Maria da Penha Nascimento e Margarida Alves da Silva sendo a Margarida eleita como presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, essa travou diversas lutas pela categoria porém sua trajetória foi interrompida quando a assassinaram, o crime não foi esclarecido e quem o cometeu se mantém impune, porém existem determinantes que indicam que esse crime tenha sido a mando de proprietários latifundiários que não estavam de acordo com as mudanças almejadas por Margarida Alves da Silva.

Ainda segundo o MDA as mulheres trabalhadoras rurais inspiradas pelas lutas do Movimento Feminista no cenário urbano, conseguem que as equipes do Serviço de Assistência Rural – SAR incluam na programação de rádio discussões que abordem os problemas vivenciados pelas mulheres rurais, o que por consequência resultou em um processo organizativo e formação de grupos de mulheres agricultoras, inicialmente nos municípios Touros, Pureza, Taipu, e Poço Branco, esses localizados na região do mato grande do Estado do Rio Grande do Norte, esse processo de tomada de consciência influenciou na participação feminina em movimentos e processos que visam construção do espaço da mulher na produção, rendimentos próprios e ampliação e consolidação de cidadania.

E entre esses grupos de mulheres que surgiram e ainda surgem em um processo de necessidade da conquista de um espaço feminino, surge mais um no Assentamento Areia Branca, localizado no município de Marabá Paulista – SP, um pequeno grupo de mulheres agricultoras que sentiam a necessidade de “estarem juntas” e de ter “um espaço próprio para as mulheres”, o qual tem se encontrado mensalmente e pode ser transformado em um espaço de discussão e ações políticas através da intervenção do Assistente Social, sendo essa a discussão do próximo item.

5 GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO AREIA BRANCA: UM ESPAÇO DE INTERVENÇÃO E ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Assentamento Areia Branca foi fundado no dia 09 de fevereiro de 1988 é composto por 86 famílias, está localizado no município de Marabá Paulista no interior de São Paulo, esse recebe assistência técnica do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Grupo Técnico de Campo (GTC) de Presidente Venceslau, órgão Estadual responsável pela execução da política agrária e fundiária, visando complementar as ações de reforma agrária - por essa ser atribuição exclusiva da União, e para efetivar seus objetivos conta com uma equipe multidisciplinar de 21 funcionários entre eles engenheiro agrônomo, técnico em desenvolvimento agrário, gestor ambiental, técnico em gestão organizacional, veterinário e assistente social e estagiários do Serviço Social.

No início do ano de 2012 a equipe técnica do GTC de Presidente Venceslau realizou uma atividade no Areia Branca denominada como Diagnóstico a qual visava através de dinâmicas e discussões construir com os membros do assentamento o Plano das atividades que seriam desenvolvidas no decorrer do ano pela equipe junto e para os assentados, e entre essas foi levantado por algumas das mulheres que essas sentiam a necessidade de “um espaço próprio” para elas como um grupo onde essas pudessem realizar atividades e se organizarem coletivamente.

Cabe ressaltar que quando um assentamento levanta a necessidade de se organizar em grupos informais, se organizar em associações, ou os próprios técnicos visualizam essa necessidade, cabe então ao Assistente Social da equipe

junto do técnico ou engenheiro agrônomo responsável pelo assentamento iniciar o processo de organização do mesmo e auxiliar no seu desenvolvimento.

Portanto o “Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca” foi uma das atividades programadas para ser executada no decorrer do ano de 2012 através da intervenção e acompanhamento do Assistente Social.

O primeiro encontro do grupo foi realizado no mês de junho 10 mulheres - e esse número se altera conforme as reuniões mas entre elas 7 sempre se mantém presentes em todos os encontros – e com a participação da Assistente Social do GTC de Presidente Venceslau e suas estagiárias, nesse ficou delimitado pelas mesmas que inicialmente se encontrariam toda primeira quarta feira do mês, e que esses encontros seriam para debates de temas do interesse das mesmas como por exemplo relacionados a programas governamentais que elas podem ter acesso, e no final de cada reunião iriam escolher o tema para que a Assistente Social pudesse abordar a discussão do mesmo através de dinâmicas, debates e utilizando de recursos multi mídias.

Porém com o desenvolvimento do grupo pode-se perceber que para além desse espaço de “convivência”, discussão de temas e trocas de informação, as mulheres tem aproveitado esse espaço para ressaltar e apontar as demandas e necessidades de mudanças no Assentamento.

Entre as discussões levantadas por essas estão: melhorar a viabilização de informações no assentamento: como encontrarem um meio de comunicação mais fácil para divulgação de eventos – vacinação do gado, realização de palestras e outros; a realização de atividades que possibilitem uma maior integração entre a comunidade; reconhecem que o assentamento já apresenta um nível alto de pessoas idosas e por isso acham necessário que atividades físicas específicas voltadas para esses sejam desenvolvidos/implantação da academia do idoso; entendem que para uma melhor venda de seus produtos agrícolas seria necessário uma especialização sobre “rotulagem de produtos” o que por consequência iria valorizar o produto visando assim um maior desenvolvimento econômico; e acham necessária a implantação de coletores de materiais recicláveis no assentamento, e entendem que elas próprias poderiam se organizar para coleta desses materiais visando que essa se transforme em uma forma de renda para o grupo.

Frente a essa articulação do grupo o Assistente Social deve trabalhar pelo fortalecimento dos vínculos desse grupo, os empoderar de informações enquanto cidadãos de direitos e os organizar enquanto classe, para buscarem a efetivação dos direitos que os mesmos têm necessidade e também para construir alternativas de respostas a essas demandas que dependem inicialmente da própria organização dos membros do assentamento através do apoio do Assistente Social e de sua equipe multidisciplinar, pois sendo o Assistente Social um profissional que busca a transformação da realidade posta através de sua concepção crítica é então capaz de “mediar a construção de alternativas e estratégias para expandir as capacidades organizativas de um povo que luta pela vida”. (MELO et al., p.6, 2007).

Portanto frente a esse desenvolvimento do Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca como sugestão para o Assistente Social conseguir potencializar e ampliar ainda mais a postura política desse grupo, pensa-se na possibilidade que esse construa um “Planejamento Estratégico” para que o grupo se torne um espaço para problematização das demandas e construção de respostas para as mesmas, pois “a participação política é tanto maior quanto maior (mais intensa, mais clara, mais exata) for a consciência de classe” (Modelo de Pizzorno 1966: 261 apud SEMIOLOGIAISCSP, s.d.;s.p.).

De modo que para possibilitar a ampliação da consciência de classe desse grupo o profissional deve utilizar de seu conhecimento teórico metodológico crítico e fazer aproximações sucessivas de seu objeto – Grupo de Mulheres – compreendendo de fato os limites, possibilidades, e definindo então quais as alternativas e prioridades junto com as mesmas de modo que poderá construir respostas profissionais sustentáveis em sua intervenção estando pautado em seus princípios éticos políticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do que foi explicitado no decorrer do trabalho pode-se concluir como a participação da mulher em decisões sejam ela no âmbito doméstico ou público sempre esteve relacionada a uma condição de gênero de modo que a mesma não estabelecia uma realidade igual entre “homem e mulher”, contudo uma

luta foi travada por essas seja na área urbana ou rural para que os paradigmas fossem rompidos, porém ainda hoje os resquícios de uma cultura machista patriarcal se mantêm.

É devido a essa “divisão” entre homens e mulheres que grupos do sexo feminino surgiram e ainda surgem para possibilitar o espaço das mesmas, porque ainda no século XXI não se tem a integração que homens e mulheres são cidadãos políticos dos mesmos direitos e que são diferenciados pelo sexo.

E nesse contexto surge o Grupo de Mulheres do Assentamento Areia Branca o qual tem se direcionado pra reflexão de demandas vivenciadas pela comunidade do mesmo, e que para serem resolvidos dependem de uma ação política do grupo, o qual o Assistente Social um profissional que está tendo uma vinculação ao mesmo deve vincular os valores que compõe o seu código de ética profissional para lutar contra as circunstâncias que desmobilizam a sua ação e possibilitar a ampliação do grupo, porque a busca pela efetivação do que propõe o Projeto Ético Político Profissional é feita no dia a dia pela transformação da realidade vivenciada por seus usuários visando à construção de uma sociedade igualitária em todos os níveis inclusive no campo.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Luciana de Castro e FILHO, Mário José. **O Serviço Social e o Trabalho com Famílias**. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/69/84>>. Acesso em: 14 mai. 2013.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. 1987. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/art/199406-011-022.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013

DANIEL, Teofolio Tostes e PEREIRA, Rodrigo Rodrigues. **O voto feminino no Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.gov.br/component/content/180?task=view>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

FARIA, Nalu. **Mulheres rurais na economia solidária**. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/266/Mulheres%20Rurais%20na%20Economia%20Solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

LOMBARDI, Sheila Priscila Makoski; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo e WADI, Yonissa Marmitt. **Reflexão sobre a participação das mulheres num movimento social: O caso da CRABI – PR**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/10P471.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2013.

MAGALHÃES, Tatiane Amaral. **Um breve olhar sobre os movimentos feministas no Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.revistahistorien.com/7_-Um_breve_olhar_sobre_os_movimentos_feministas_no_Brasil_-_Tatiane_Amaral_Magalhes.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2013.

MDA, Gov. **Organização autônoma de mulheres agricultoras: Emergência de “novos” sujeitos políticos coletivos no campo**. Artigo apresentado ao 3º Edição do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/dpnr/arquivos/view/premio_margarida_alves_-_Maria_Joseana_da_Silva.doc>. Acesso em: 11 mai. 2013

MELO, Ediléia; SANTOS, Lúcia Miranda dos; FERRO, Marcela Coladello; OLIVEIRA, Patricia Regina Los de. **Serviço Social e questão agrária, entre as marcas da exclusão, a apreensão de demandas socioprofissionais e o caminhar de ações socioeducativas, sob a perspectiva do desenvolvimento como liberdade: um estudo de caso no projeto de assentamento Porto Velho. Presidente Prudente, 2007.**

OLIVEIRA, Ana Carla Menezes. **A Evolução da no Brasil do Período da Colônia a República**. 2012. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_02/PDF/103.pdf>. Acesso: 22 mai. 2013.

PRIBERAM, pt. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=género>> Acesso em: 14 mai. 2013.

PRIBERAM, pt. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=sexo>> Acesso em: 14 mai. 2013.

PRIBERAM, pt. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/>> Acesso em: 26 ago. 2013.

SEMILOGIAISCSP, Files. **Níveis de Participação Política no Espaço Público**. Disponível em:

<<http://semiologiaiscsp.files.wordpress.com/2011/10/participac3a7c3a3o-polc3adtica.ppt>>. Acesso em: 28 mai 2013.

RAGO, Margareth. **Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global**. 2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/71297081/Os-Feminismos-No-Brasil-Dos-Anos-de-Chumbo-a-Era-Global>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

SILVA, Helena Bertho da; CARVALHO, Helenice Feijó de. **Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1995.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TORRES, Iraildes Caldas. **AS PRIMEIRAS-DAMAS E A ASSISTÊNCIA SOCIAL relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VALLONE, Giuliana. **Crise de 1929 atingiu economia e mudou ordem política no Brasil**. Disponível em: <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=27265>>. Acesso em: 18 mar. 2013.